



UC/FPCE_2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses.

Resumo

A presente dissertação teve como principal objetivo aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais do luso-tropicalismo e do preconceito em contexto de trabalho. A amostra é constituída por 207 colaboradores portugueses e os dados foram recolhidos com recurso a questionários autoadministrados. Devido à revisão de literatura existente que revelou uma escassez de estudos sobre esta temática, esta investigação assume um *design* exploratório e descritivo. Os resultados obtidos sugerem a permanência de algumas crenças luso-tropicalistas junto da comunidade portuguesa. No entanto, verifica-se que os resultados não corroboram a associação do luso-tropicalismo e a crença na suposta ausência de preconceito nos portugueses para com imigrantes em contexto de trabalho, corroborando os estudos anteriormente realizados.

Palavras-chave: Representações sociais, luso-tropicalismo, preconceito.

Luso-tropicalism and prejudice in organizational context: a study of the social representations with portuguese employees.

Abstract

The present dissertation had the main goal of deepening the knowledge on the social representations of luso-tropicalism and prejudice in the workplace. The sample consists of 207 portuguese employees and was collected using selfadministered questionnaires. A review of the existing literature showed that the information about the topic is rather limited, what lead us to choose an exploratory design and descriptive for the study. The results suggest the permanence of luso-tropicalist beliefs in the portuguese community. However, the results didn't corroborate the association of luso-tropicalism and the belief in the supposed absence of prejudice towards the immigrants in the workplace. The results confirm previous studies, suggesting that adherence to the luso-tropicalism not contribute so there is less prejudice.

Key Words: Social representations, luso-tropicalism, prejudice.

Agradecimentos

Ao Professor Valentim pelo apoio, disponibilidade para ajudar e pela partilha de conhecimentos, experiências e sabedoria bem como pela excelente orientação que recebi.

À minha eterna amiga Andreia. Obrigado por estares sempre presente, pelos cafés, pelas tardes de descontração, e pelo apoio e amizade que me tens vindo a transmitir ao longo dos anos.

À Joana, pelo apoio, lealdade e por todo o carinho que me demonstra, por me fazer ver que a amizade resiste à distância. Obrigado também pelas palavras de encorajamento nos momentos mais complicados.

Aos meus amigos de sempre, Ana Reis, Ana Teresa, Fábio e Solange. Obrigado pela amizade, por vos ter sempre do meu lado e por se manterem presentes na minha vida.

Ao Léo, pelas palavras de incentivo e motivação em situações de aflição e pelo apoio ao longo desta minha caminhada académica.

À Marta, pela infinidade de horas que passámos a trabalhar juntas, pelas aprendizagens durante este percurso académico, pelas conversas e pela partilha de receios e expectativas.

Ao meu querido namorado João, pelo conforto, dedicação e pela paciência. Por seres mais que um namorado, por seres melhor amigo e um confidente. Obrigado pelo amor e carinho em todos os momentos da minha vida e pelas palavras de motivação e encorajamento.

À minha mãe, por todos os sacrifícios, por acreditar em mim e por me fazer de mim a pessoa que sou hoje. A toda a minha restante família, irmãs, tios e tias, o meu muito obrigado por acompanharem o meu percurso e por acreditarem sempre em mim.

A todos os participantes, que disponibilizaram o seu tempo ao participarem neste estudo e que fizeram com que fosse possível a realização deste trabalho.

A todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, tornaram este trabalho possível. O meu sincero obrigado.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual.....	4
Luso-tropicalismo	4
Representação Social	8
Preconceito.....	12
Implicações para o mundo do trabalho	17
II – Objetivos	20
III - Metodologia.....	20
<i>Design</i> da investigação.....	20
Descrição da amostra	21
Instrumentos.....	22
Procedimentos de investigação adotados	23
IV - Resultados.....	24
Análise fatorial exploratória em componentes principais	24
Preconceito.....	28
Associação do luso-tropicalismo com o preconceito	29
V - Discussão	30
VI - Conclusões.....	34
Referências Bibliográficas	36

Introdução

Nos últimos anos, conceitos como globalização e emigração fazem parte do nosso dia-a-dia, seja numa perspetiva organizacional ou social. Sendo um processo com mais de 500 anos, a globalização teve um forte impulso nas últimas décadas, gerado pela dinâmica dos mercados como forma de combater a saturação interna, criando uma verdadeira aldeia global, interligando governos, empresas e pessoas de diferentes nações através de fronteiras mais flexíveis.

Resultado desta interligação é a intensificação do fenómeno da imigração. Este fenómeno não se está a sentir apenas nos outros países, mas também se está a sentir cada vez mais em Portugal (Vala, Lopes & Lima, 2008). Quando se aborda este assunto não basta dizer que os imigrantes fogem da miséria à procura de uma vida melhor. Um fator bastante relevante para estes movimentos migratórios é a guerra. Muitos fogem para salvar as suas vidas, ou porque o caos em que o seu país de origem mergulhou tornou o sustento da sua sobrevivência impossível. Um outro motivo é o estrangulamento económico dos países em vias de desenvolvimento, causado pelos programas de reajustamento estrutural, planos de reforma económica e medidas de austeridade impostas por organizações internacionais (Baganha & Marques, 2001). Assim, a pobreza e desigualdade social, perseguições políticas e religiosas, violência, também as alterações climáticas, catástrofes, crises e guerras representam um conjunto de fatores que motivam o aumento do fluxo migratório um pouco por todo o mundo (Gondim, Techio, Paranhos, Moreira, Brantes, Sobrinho, & Santana, 2013).

O crescimento económico que ocorreu em Portugal, um dos países que mais cresceu na Europa na década de 90 do século XX, produziu grandes transformações económicas e sociais e aumentou o número de imigrantes em Portugal (Baganha & Marques, 2001). O número de cidadãos estrangeiros aumentou de forma muito expressiva, em especial nos anos mais recentes. Segundo os Censos 2011, em 2001, o número de residentes imigrantes representava 2,2% do total de residentes do país e, atualmente equivale a cerca de 3,7% da população residente. Segundo o SEF (2014), em 2014, Portugal totalizou 395.195 cidadãos imigrantes com título de residência válido.

Nas últimas décadas, Portugal conta com um peso crescente de estrangeiros. A imigração tornou-se significativa em Portugal, principalmente, desde os fins da década de 70, numa época em que o país se modernizou politicamente, a abertura económica a países estrangeiros tornou-se mais intensa e as ex-colónias tornaram-se independentes, o que teve como principal consequência o regresso de um largo volume de cidadãos portugueses dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's). As décadas 80 e 90 tendem a caracterizar-se por uma maior diversificação da origem dos imigrantes. Encontram-se nestas décadas imigrantes asiáticos, sul-americanos, indianos e africanos. A partir do ano 2000, o quadro migratório alterou-se completamente, devido à entrada de milhares de imigrantes da Europa de Leste (Fiolhais, 2002). Atualmente, e com o impacto da atual crise económica no mercado laboral, verificou-se um decréscimo na entrada de imigrantes no país.

O dinamismo da globalização tornou possível a verificação de uma grande transformação no mercado de trabalho de cada país (Silva, 2015). As empresas produzem os seus produtos com o objetivo de reduzir os custos, optando muitas vezes por mão-de-obra barata. Em 2001, os trabalhadores imigrantes encontravam-se concentrados em três grupos de profissões: trabalhadores não qualificados (37%), operários, artífices e similares (31%) e pessoal dos serviços e vendedores (12%). Verifica-se, assim, que a mão-de-obra imigrante ocupa, no mercado de trabalho, sobretudo profissões pouco qualificadas e, conseqüentemente, com baixas remunerações (Norte, Mortágua, Rosa, Silva, & Santos, 2004).

Por último, tem-se verificado o aumento de queixas de discriminação com base racial e étnica. Entre 2005 e 2013, Portugal totalizou cerca de 625 queixas em diversas áreas, sendo que, relativamente ao contexto laboral, as queixas por discriminação representaram 20% desse número (Oliveira & Gomes, 2014).

É neste quadro genérico de fenómenos que se situa o presente estudo, o qual tem como intenção compreender as atitudes dos portugueses face à imigração e aos imigrantes. Deste modo, ao longo desta tese explorei e aprofundei conhecimentos sobre o preconceito.

A presente dissertação foi dividida em seis partes. No enquadramento Conceptual (I), é feita uma contextualização teórica dos

principais temas em estudo. Após isso, apresentei os Objetivos (II), gerais e específicos deste estudo bem como a Metodologia (III) utilizada, que contém as questões relativas aos instrumentos utilizados na recolha de dados e aos procedimentos de investigação adotados. Na parte (IV) foram expostos os principais Resultados, seguindo-se a sua Discussão (V). No final, apresentei as principais Conclusões (VI) decorrentes da discussão dos resultados.

I – Enquadramento conceptual

Luso-tropicalismo

O luso-tropicalismo surge nos anos 30 do século XX, com o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. O luso-tropicalismo refere-se à ideia de uma “suposta aptidão especial dos portugueses para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos” (Valentim, 2011, pp. 61). Remete para uma vocação portuguesa para ausência de preconceito e bondade de costumes. Estes traços especiais permitiriam aos portugueses conviver com os povos dos trópicos de forma harmoniosa, em “sociedades multirraciais” (Alexandre, 1999a; Valentim, 2011). Estas ideias surgem pela primeira vez no seu livro “Casa-Grande & Senzala”, onde propôs o conceito de luso-tropicalismo para explicar o aparente sucesso das relações entre diferentes culturas no Brasil, tomando como centro de análise os primeiros tempos de colonização e a intensa miscigenação que se verificava na sociedade, quer no plano biológico quer no plano cultural¹, durante os séculos XVI e XVII.

A sua obra teve um enorme impacto aquando a sua publicação. Numa época em que o racismo ainda gozava de aceitação intelectual e política em todo o Ocidente, e de modo muito particular nos Estados Unidos da América, Alemanha e no Brasil, a mistura de raças era considerada “uma das causas principais da degeneração do brasileiro” (Alexandre, 1999a, p. 392). Em direção contrária às tendências contemporâneas, a nova teoria valorizava a mestiçagem e identificava positivamente a cultura de origem africana. O “mestiço” é apresentado como um homem moderno, adaptado aos trópicos e vital ao triunfo da civilização (Castelo, 1998).

Freyre elogia a plasticidade, a versatilidade e a vocação dos portugueses para a miscigenação. Contrariamente aos europeus do Norte, o povo português seria desprovido de orgulho racial, como atestaria a sua prática colonizadora em zonas tropicais do globo, capazes de criar um ambiente de interpenetração cultural e étnica. Tal, segundo Freyre (1933, p. 80), só fora possível devido “à singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” explicada “em grande parte pelo seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a

¹ Alexandre (1999a) define miscigenação biológica como sendo múltiplos cruzamentos entre brancos, índios e negros e miscigenação cultural como a adoção recíproca de valores e formas de estar das várias populações em contacto.

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinaduarte@hotmail.com) 2016

Europa e a África”.

O sociólogo destaca três principais qualidades dos portugueses que lhes permitiram prosperar e vencer em terras tropicais, sendo elas a mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade. Estas três características teriam propiciado aos portugueses a capacidade de se adaptar e dominar uma longa extensão territorial, misturando-se com povos de diversas culturas, povoando o território e vencendo as barreiras climatéricas (Castelo, 1998, 2011). A mobilidade apresentara-se como um dos segredos da vitória de Portugal. Sendo o povo português pouco numeroso, conseguiu espalhar-se pelo mundo e por diferentes países consoante as necessidades específicas de cada local. A mobilidade teria permitido adquirir uma tolerância excepcional e aptidão de convivência tranquila dos portugueses com as pessoas oriundas dos outros círculos civilizacionais devido não só às numerosas viagens dos portugueses como também à importância dos portos de Portugal como pontos de encontro dos comerciantes de diversos países. Freyre sublinha que a miscibilidade ou miscigenação terá sido o instrumento principal da expansão portuguesa no mundo. Esta característica remete para a capacidade que os portugueses teriam de se relacionarem sexualmente com outras pessoas sem qualquer preconceito racial, permitindo-os compensar a deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Por último, a terceira característica que teria favorecido o povo português na conquista de terras e no domínio de povos tropicais foi a aclimatabilidade ou capacidade de adaptação ao clima tropical. As condições físicas do solo e do clima de Portugal continental, sobretudo no Sul do país, são bastante semelhantes com as do Norte de África ou do Brasil o que permitiu uma mais fácil e rápida adaptação ao clima característico dos trópicos. Para Freyre, estas condições representam uma vantagem comparativa do povo português em relação às outras nações europeias, sobretudo as do Norte de Europa, nomeadamente os holandeses e ingleses que, habituados a climas frios, tiveram dificuldades em adaptar-se ao clima tropical (Castelo, 1998). Deste modo, o luso-tropicalismo postula a especial capacidade de adaptação do povo português aos trópicos, não por interesse económico ou político, mas por empatia inata e criadora. A aptidão do português para se relacionar com as terras e gentes tropicais, a sua plasticidade intrínseca, resultaria da sua própria origem étnica híbrida e do

longo contacto com mouros e judeus na Península Ibérica, nos primeiros séculos da nacionalidade, manifestando-se, sobretudo, através da miscigenação e da interpenetração de culturas.

A receção da doutrina luso-tropicalista em Portugal deve ser dividida em dois momentos: um primeiro, situado entre 1930 e 1940, em que é marcado pela pouca receptividade a estas ideias no domínio político, e um segundo, a partir dos anos 50, em que se assiste à incorporação e adaptação destas ideias no discurso oficial do salazarismo (Castelo, 1998).

Em Portugal, as conclusões teóricas que Freyre até então apresentara não obtiveram, durante os anos 30 e 40, qualquer reconhecimento por parte nem do regime português, nem dos colonialistas republicanos. O principal motivo de discordância relativamente à teoria de Gilberto Freyre radica na importância que o autor confere à mestiçagem. Freyre era defensor do cruzamento biológico e cultural entre brancos, negros e indígenas, que daria origem ao mestiço numa época em que a miscigenação era vista como produtora de efeitos nefastos, uma vez que os mestiços eram considerados biologicamente inferiores. Vicente Ferreira asseverava que a mestiçagem era a principal causa de “degenerescências dos caracteres psíquicos e, porventura, também dos caracteres somáticos (...) que tornam os mestiços impulsivos, indolentes, em regra pouco inteligentes, pouco dóceis e pouco morais” (Castelo, 1998, p. 84). Deste modo, Vicente Ferreira propõe que se crie e aplique uma política indígena especial para as regiões do povoamento europeu com o objetivo de impedir a miscigenação e impedir o convívio entre brancos e pretos e a mistura das “raças” nas zonas coloniais (Castelo, 1998). Entre os anos 30-40, o único aspeto do pensamento de Gilberto Freyre unanimemente aceite pelos colonialistas do regime e da Oposição é a confirmação da suposta aptidão especial dos portugueses para a colonização (Castelo, 1998).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, esta situação altera-se, devido não só ao progressivo descrédito dos paradigmas racistas que levaram ao Holocausto mas também aos movimentos de expansão colonial. Nesta altura, o discurso oficial reproduziu uma versão simplificada e nacionalista da teoria luso-tropicalista (Alexandre, 1999b).

Após as acusações dos anticolonialistas, o Estado Novo socorre-se das teses e do prestígio de Gilberto Freyre para promover a sua política

internacional e a fundamentação do discurso oficial para consumo externo (Castelo 1998).

No fundo, a apropriação política da teoria desenvolvida por Freyre tinha como objetivo convencer, justificar e garantir que Portugal era “uma nação una, multirracial e multicontinental” que tinha “províncias ultramarinas” e não colónias (Valentim, 2003, p. 84). Assim, face às pressões e ataques externos, perpassava no discurso político e ideológico nacional a ideia de uma particular adaptação dos portugueses ao clima tropical e de uma relação especial com os indígenas colonizados (Alexandre, 2000).

Desde cedo, o carácter científico da teoria luso-tropicalista foi questionado e criticado, não só por ativistas dos movimentos africanos de libertação como também por historiadores, antropólogos e outros investigadores sociais (Castelo, 1998). Vários foram os autores que teceram críticas, todavia e, seguindo Silva (2015) e Heleno (2015), focar-me-ei nos pontos de vista críticos apresentadas por Boxer e Mário Pindo de Andrade por serem os mais relevantes para o presente estudo.

Mário Pinto de Andrade, sob o pseudónimo de Buanga Fele, foi o primeiro a denunciar as generalizações em que repousa a doutrina luso-tropicalista e o desinteresse que Freyre revela pelos aspetos políticos e económicos do colonialismo. Segundo Heleno (2015, p. 16), “o autor critica fortemente a teoria luso-tropicalista em especial a generalização feita por Gilberto Freyre, do caso do Brasil para todas as outras colónias portuguesas.” Buanga Fele chama a atenção para a disparidade entre a teoria e a prática, lembrando que nos territórios tropicais colonizados pelos portugueses nunca houve “a tal reciprocidade cultural e ausência de preconceito que, segundo Freyre, caracterizaria os portugueses. (Heleno, 2015, p. 16).

Charles Boxer, historiador britânico, mostra que as relações raciais entre o povo português e os colonizados não apresentaram, invariavelmente, o quadro de uma integração harmoniosa com os restantes povos que o discurso do governo português fez supor. Boxer (1977) mencionou que o passado colonial português foi constituído por práticas reiteradas de discriminação e de racismo, onde não esteve ausente a coerção, a violência e a exploração baseada na escravatura, subjugando as colónias para manter o

poder. O autor afirma ainda que os portugueses foram profundamente racistas e que as tensões e preconceito raciais existiram em todos os territórios sob soberania portuguesa (Boxer, 1977).

Representação Social

O conceito de representação social é mencionado pela primeira vez em 1961², na dissertação de doutoramento de Serge Moscovici, intitulada “*La Psychanalyse, Son image et Son Public*”. A sua obra assinala o início de uma nova tradição de investigação e de um novo campo de estudo na Psicologia Social: o das representações sociais. Moscovici analisa a “relação entre os conhecimentos produzidos pela psicanálise, enquanto ciência, e a maneira como esta era apreendida pela sociedade francesa em meados da década de 1950” (Lima, Colus, Gonini, Mokwa, & Petrenas, 2008, p. 33). Deste modo, a obra de Moscovici “lançou uma problemática específica – como é que o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo cidadão comum – e uma problemática mais geral – como as pessoas constroem a realidade, através dos processos de comunicação interpessoal quotidiana” (Cabecinhas, 2009, p. 52).

A noção de representação social de Moscovici teve como ponto de origem o conceito de *representação coletiva* de Durkheim. Este conceito pressupunha que os conceitos coletivos não podiam ser explicados em termos de indivíduo, ou seja, para Durkheim, as regras que comandavam a vida individual (representações individuais) não eram as mesmas que regiam a vida coletiva, salientando-se a especificidade do pensamento coletivo em relação ao pensamento individual (Alexandre, 2004; Miguel, 2010). Uma das principais funções deste conceito é a transmissão que irá oferecer às sociedades contemporâneas toda a sabedoria e ciência acumulada ao longo dos anos (Alexandre, 2004) através da educação (Moscovici, 1988). As representações coletivas são consideradas como entidades explicativas do conhecimento e englobam fenómenos tão diversos como a ciência, a religião, o senso comum, as lendas e os mitos que, uma vez partilhadas por membros de um mesmo grupo, vão adquirir características como a estabilidade, a homogeneidade e ainda a rigidez. Estas representações

² Embora tenha sido publicado pela primeira vez em 1961, a obra de Moscovici - *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* - foi reeditada em 1976.

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com) 2016

impõem-se aos indivíduos como forças externas e que, sobre eles exercem coerção, mesmo que estes não tenham consciência deste facto (Moscovici 1981, 1988; Valentim, 2003), justificando as regularidades duradouras que se encontram nas sociedades e nas culturas (Vala & Castro, 2013).

Moscovici constatou que era necessário uma teoria que, simultaneamente, tivesse em conta dimensões sociais e psicológicas e explicasse tanto o consenso como a diversidade. Desta forma, Moscovici (1998) considera que o conceito de representação coletiva estava desatualizado e tinha dificuldade em dar conta de uma realidade mais característica do tempo presente. Deste modo, propôs uma reformulação e, de certo modo, uma "modernização" do conceito, escolhendo o conceito *social* em detrimento de *coletiva*, retirando, desde logo, o carácter estático, homogéneo e determinista desta conceção e o sentido coercivo da sociedade sobre o indivíduo (Vala & Castro, 2013; Valentim, 2003, 2011). Como sugere Valentim (2003, 2011), a substituição do termo "coletivo" pelo "social" é mais do que um pormenor linguístico, pois traduz "a real change of perspective" (Moscovici, 1981, p. 218). Neste sentido, o termo "social" pretende enfatizar como as representações surgem através da interação social e da comunicação entre indivíduos e grupos e também como estas refletem, de maneiras diferentes, contextos históricos, culturais e económicos e diferentes circunstâncias e práticas (Höijer, 2011). Em Moscovici (1989), as representações *coletivas* cedem o lugar às representações *sociais* uma vez que as primeiras não têm em conta a sua diversidade de origem e a sua transformação. Isto é, na opinião do autor, a visão clássica das representações peca por considerá-las como pré-estabelecidas e estáticas. Deste modo, Moscovici conceptualiza as representações sociais como "a set of concepts, statements and explanations originating in daily life in the course of inter-individual communications" (Moscovici, 1981, p. 181). O autor propõe que estas se encarem "enquanto formas dinâmicas, plásticas, com carácter móvel e circulante, capazes de influenciar as relações e os comportamentos, propondo assim, considerar como fenómeno o que antes era visto como conceito" (Miguel, 2010, p. 31).

As representações sociais são conceptualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado

grupo. Estas constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são teorias sociais práticas (Cabecinhas, 2004).

O conceito de representação social foi frequentemente criticado por ser impreciso e de carácter abstrato (Jahoda, 1988). No entanto, a resposta de Moscovici a essas críticas foi no sentido de considerar essa imprecisão como positiva e necessária, defendendo a necessidade de manter um conceito em aberto e de não procurar uma operacionalização fechada, que geraria mais informações fragmentadas. Miguel (2010) acrescenta que a sua definição definitiva bloquearia a sua capacidade de mudança e evolução. Deste modo, as representações sociais são históricas, dinâmicas e em mutação constante (Vala & Castro, 2013) e é bem-vinda qualquer ligação com outros conceitos e conexões com outras ciências sociais (Moscovici, 1988, 1989).

Para Abric (2000), as representações têm um papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais e respondem a quatro funções que as sustentam. A primeira, *função de construção da realidade*, diz-nos que as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade, sendo estas socialmente elaboradas e coletivamente partilhadas. Seguidamente, o autor refere-se à *função identitária*, afirmando que as representações sociais definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos, situando os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados. A terceira função consiste na *orientação dos comportamentos como modos desejáveis de ação*. Nesta função as representações sociais guiam os comportamentos e as práticas dos indivíduos, definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável num dado contexto social e prescrevendo comportamentos ou práticas obrigatórias. Por último, as representações permitem, *a posteriori*, a justificação das tomadas de posição e dos comportamentos. As representações têm como função preservar e justificar a diferenciação social, podendo estereotipar as relações entre os grupos ou contribuir para a discriminação ou manutenção da distância social entre eles. Consiste, assim, numa *função justificadora*.

Moscovici (1981) sugere ainda que o principal propósito de todas as representações sociais é o de tornar um objeto não familiar, seja uma pessoa,

um objeto ou um evento, em algo familiar, isto é, atribuir um significado, num contexto que permita uma compreensão do mundo envolvente, figurando-se assim um quadro familiar. Desta forma, na formação das representações sociais intervêm dois processos psicológicos essenciais que se encontram intrinsecamente ligados e modelados por fatores sociais: a objetivação e a ancoragem. A objetivação corresponde ao processo de organização dos elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, são vistos como uma realidade natural. Segundo Vala & Castro (2013, p. 586), o processo de objetivação consiste em “tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material”, isto é, tornar o abstrato em algo quase concreto (Moscovici, 1984). O processo de ancoragem, por sua vez, está implicado na categorização de pessoas, ideias ou coisas. Concebido como o processo de transformar algo estranho e perturbador em algo comum e familiar. Tal ocorre quando somos capazes de colocar um objeto estranho numa determinada categoria e rotulá-lo com um nome familiar (Vala & Castro, 2013).

Apesar de as dinâmicas de objetivação e ancoragem serem aparentemente opostas (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1992), Chamon (2006) considera que os processos são complementares. A objetivação procura criar verdades óbvias para todos enquanto o segundo, ao contrário, refere-se à intervenção de determinismos na gênese e transformação dessas verdades. Assim, a objetivação cria a realidade em si e a ancoragem concede-lhe significação. Moscovici (1984) e Chamon (2006) concebem, por um lado, a ancoragem como um sistema de categorização em que as categorias são socialmente estabelecidas e, por outro, objetivação como um mecanismo de tornar a realidade concreta. De uma forma resumida, os processos de objetivação e ancoragem servem para nos familiarizar com o “novo”, colocando-o, primeiramente num quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controlo (Moscovici, 1981).

A história das representações sociais conheceu vários desdobramentos, observando-se uma maior evidência de três grandes investigadores e discípulos de Moscovici³ – Abric, Doise e Jodelet, cada um

³ Abric, Doise e Jodelet trabalharam juntos como assistentes de investigação Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses
Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com) 2016

com as suas respetivas abordagens, representando diferentes focos e formas de investigar as representações, tendo cada um deles trazido uma contribuição particular para o desenvolvimento da história das representações sociais (Miguel, 2010). A abordagem estrutural de Jean-Claude Abric tem como principal foco os conteúdos cognitivos das representações e propõe a necessidade de analisar a estrutura interna⁴ das representações para se compreender a sua dinâmica e respetivos processos de funcionamento. A abordagem dos princípios organizadores de Willem Doise, por sua vez, centra-se na identificação dos princípios que estão na origem das tomadas de posição individuais, dando ênfase às relações sociais que estão na origem das representações, bem como às suas condições de produção e circulação. Deste modo, esta é uma perspetiva mais sociológica, onde se verifica um maior foco na inserção social dos indivíduos como fonte de variação das representações sociais (Almeida, 2009; Doise, 1992). Por fim, a abordagem culturalista de Denise Jodelet caracteriza as representações sociais como um “mapa de conteúdos”, enfatizando a sua natureza dinâmica e a necessidade de as contextualizar ao nível social e histórico, articulando ideias de diversas disciplinas científicas. Das três teorias apresentadas, a última, de Jodelet, é a que se mantém mais fiel à proposta de Moscovici (Miguel, 2010). Sá (1998, p. 65) remete-nos para o carácter complementar que essas abordagens assumem: “A grande teoria das representações sociais [...] desdobra-se em três correntes teóricas complementares [...]. Não se trata por certo de teorias incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam”.

Preconceito

De acordo com Fiske (2010), o estereótipo é a aplicação de pensamentos, crenças e expectativas do próprio indivíduo nos outros indivíduos sem primeiro obter conhecimento factual sobre eles. Muitas

em Paris, na década de 1960, no recém-criado Laboratório de Psicologia Social, cujo diretor era Serge Moscovici.

⁴ As representações sociais são consideradas um sistema sociocognitivo que pode ser ao mesmo tempo rígido e flexível, estável e móvel. A abordagem estrutural propõe que uma representação social é formada por dois sistemas distintos, mas complementares – o sistema central e o sistema periférico. A ideia essencial é que os elementos são hierarquizados e toda representação está organizada em torno de um núcleo central, que determina a sua significação e organização interna (Miguel, 2010).

vezes, são criados após várias ocorrências de uma experiência semelhantes. É, desta forma, uma imagem preconcebida de determinada pessoa, coisa ou situação, geralmente imposto, segundo as características externas, tais como a aparência, a condição financeira, os comportamentos, a cultura, sexualidade, sendo estas classificações nem sempre positivas que podem muitas vezes causar certos impactos negativos nos indivíduos (Fiske, 2010).

A discriminação é a negação da igualdade de direitos com base no preconceito e nos estereótipos mas difere destes dois conceitos na medida em que não é uma crença mas sim a sua aplicação (Fiske, 2010). A discriminação é, deste modo, o “comportamento objetivo ou a intenção de agir de forma a diferenciar positivamente os membros do endogrupo dos do exogrupo” (Gondim et al., 2013, p. 155).

Num trabalho seminal sobre o preconceito, Gordon Allport (1954) traçou as linhas fundamentais que definem as principais perspectivas de análise do preconceito. Para Allport, o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo socialmente desvalorizado (Allport, 1954). De acordo com esta definição, e pelo facto de existirem vários grupos socialmente desvalorizados, verifica-se tantos tipos de preconceito quantas pertenças a grupos minoritários na estrutura de poder.

Das várias formas possíveis de preconceito existe uma peculiar, que se dirige a grupos definidos em função de características físicas supostamente herdadas, trata-se assim, do preconceito racial ou preconceito étnico. Allport debruçou-se sobretudo sobre o preconceito étnico, definindo-o como “an antipathy based upon a faulty and inflexible generalization. It may be felt or expressed. It may be directed toward a group as a whole or toward an individual because he is a member of that group (Allport, 1954, p.9). O autor acrescenta que é uma atitude negativa em relação a uma pessoa baseada na crença de que ela possui as características negativas atribuídas a um grupo. A definição apresentada por Sampson (1999, p. 4) vai de encontro à de Allport, afirmando que “prejudice involves an unjustified, usually negative attitude towards others because of their social category or group membership”. Esta atitude seria constituída por dois componentes: um cognitivo, a generalização categorial, e um disposicional, a hostilidade, que influenciaria comportamentos discriminatórios (Jones, 1997). Estas

definições transmitem um aspeto essencial do fenómeno do preconceito que é uma orientação social, quer para todo o grupo quer para um membro, devido à sua pertença a um determinado grupo. Outra característica em comum entre as duas definições é que enfatizam a orientação negativa do preconceito. Deste modo, Jones (1997, p. 10) define o preconceito como “a positive or negative attitude, judgment or feeling about a person that is generalized from attitudes or beliefs held about the group to which the person belongs”.

O preconceito pode ainda ser entendido como uma atitude racional que produz comportamentos estratégicos nas relações intergrupais, com ênfase na manutenção da posição social dos indivíduos, refletindo não apenas a experiência social dos indivíduos como as normas sociais dos seus grupos (Allport, 1954; Jones, 1977). Deste modo, vários autores definem preconceito como uma decorrência das relações de poder assimétricas entre os grupos sociais (Operario & Fiske, 2001; Vala, Brito & Lopes, 1999).

A origem do preconceito e dos seus fatores psicossociais pode ser explicada por várias teorias, entre elas a teoria dos conflitos reais entre grupos, a teoria da ameaça integrada e a teoria da identidade social.

A teoria dos conflitos reais é baseada numa simples ideia: a hostilidade intergrupar surge da concorrência direta entre os grupos por recursos socialmente valorizados e aparentemente escassos como o poder, prestígio, trabalho e bens materiais. A teoria argumenta que a hostilidade intergrupar aumenta quando os grupos são competitivamente interdependentes, isto é, quando os lucros de um grupo implicam perdas para o outro. Por outro lado, quando os grupos estão numa relação de cooperação interdependentes, ou seja, quando compartilham um objetivo comum o antagonismo diminui, as representações do outro grupo tornam-se mais favoráveis e as relações tendem em direção à harmonia (Valentim, 2010).

De acordo com esta teoria, o conflito de interesses ativa a coesão intergrupar e a identificação dos membros com o grupo e as suas normas, valores e, portanto, se a condição de contato é em termos de concorrência, a hostilidade emergirá como resposta ao conflito (Valentim, 2010). Estes princípios gerais foram inicialmente desenvolvidos por Sherif e seus colegas nos seus famosos estudos realizados em acampamentos de verão e mais tarde foram replicados tanto dentro como fora do laboratório (Bown, 2000).

Deste modo, a teoria dos conflitos reais entre grupos sugere que a concorrência no acesso a recursos limitados conduz a conflitos entre grupos (Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961 in Zárate, Garcia, Garza & Hitlan 2004). Como competem com imigrantes por recursos limitados como é o caso do trabalho, os indivíduos aprendem a vê-los como concorrência o que conduz ao aumento de preconceito. Contudo, tal só acontece se o grupo considerado como concorrente apresentar semelhanças ao grupo maioritário nas dimensões relevantes, como o trabalho. Os resultados do estudo de Zarate et al. (2004) vão de encontro a esta teoria. Verificou-se que quando as pessoas sentem que os imigrantes têm habilidades e atributos semelhantes, o seu sentimento de segurança no emprego é ameaçado e apresentam comportamentos e atitudes mais negativas para com eles.

A teoria da ameaça integrada tem como origem a teoria dos conflitos reais. Stephan, Ybarra e Bachman (1999) propuseram que as atitudes intergrupais negativas, nomeadamente o preconceito, derivam da perceção de que o outro é uma fonte de ameaça. Esta teoria sugere que a origem do preconceito encontra-se em quatro tipos básicos de ameaça: a ameaça realística, a ameaça simbólica, os estereótipos negativos e a ansiedade intergrupar. A ameaça realística representa um perigo real para o grupo onde se podem incluir ameaças físicas, ameaças à existência e ameaças ao poder económico e político. Estas ameaças são amplas, abrangendo qualquer ameaça ao grupo, e são baseadas na perceção. A ameaça não tem de ser real, basta ser percebida como existente. Por sua vez, a ameaça simbólica corresponde às diferenças percebidas relativas aos valores, costumes, crenças e atitudes dos grupos. Os estereótipos negativos geram uma sensação de que um grupo externo representa uma ameaça e um resultado negativo através da interação, isto é, gera medo das consequências negativas através da interação com um grupo externo. Por último, a ansiedade intergrupar refere-se à ansiedade produzida com base na interação com membros de outros grupos e na qual o resultado seria negativo para o próprio, como a vergonha, o ridículo ou a rejeição (Gondim et al., 2013; Zarate et al. 2004). Estudos inspirados na teoria da ameaça integrada têm demonstrado que tanto a ameaça realística como as ameaças simbólicas predizem atitudes negativas para com grupos de imigrantes nos Estados Unidos da América (Stephan, Ybarra, & Bachmann, 1999).

A teoria da identidade social, considerada como uma das teorias mais importantes sobre as relações intergrupais em psicologia social foi desenvolvida por Tajfel e Turner (Amâncio, 1993). De acordo com a teoria da identidade social, os seres humanos são motivados a manter um *self* coerente e positivo. Tal acontece principalmente através dos grupos a que pertencemos. A teoria parte do pressuposto que a principal forma de obter a informação e avaliação dos nossos grupos e, portanto, da nossa identidade social, é a comparação do próprio grupo com outros grupos sociais relevantes (Cabecinhas & Lázaro, 1997). O argumento central é que as diferenças negativas nestes processos de comparação social resultam em identidades sociais insatisfatórias, o que por sua vez ativam a necessidade de maximizar a diferenciação positiva, isto é, a avaliação do endogrupo de forma mais positiva que a do exogrupo (Cabecinhas & Lázaro, 1997). Estas necessidades são particularmente mais fortes nos indivíduos identificados pelo seu grupo de referência porque são mais necessitados de autoafirmação através das suas categorias sociais. Estes indivíduos são aqueles que estão mais dispostos a assumir as regras do grupo de modo que, em determinadas condições estruturais, este processo de diferenciação positiva pode levar a ações coletivas e a hostilidade intergrupar (Smith, 2003). A teoria postula ainda que os indivíduos tendem a formar grupos ou categorias a fim de organizar a informação do ambiente social que nos rodeia. Esta simples categorização tem efeitos importantes sobre os processos de percepção social devido à tendência humana de sobrestimar as diferenças entre as categorias (e.g. os africanos são diferentes dos brasileiros) e subestimar as diferenças dentro das categorias (e.g. os africanos são todos iguais). Esses efeitos têm um carácter avaliativo (e.g. os africanos são mais bonitos que os brasileiros) e são particularmente acentuados quando o indivíduo pertence a uma categoria (e.g. nós somos simplesmente melhor que eles). Este processo psicológico de diferenciação intergrupar representa um dos principais fatores que geram estereótipos e preconceitos (Abrams & Hogg, 1990 in Pereira, Torres & Almeida, 2003).

Segundo a ideologia luso-tropicalista, os portugueses seriam vistos como um povo particularmente não-racista, em boa parte devido às suas relações privilegiadas com os povos das suas antigas colónias, uma característica que, no passado, teria gerado relações harmoniosas entre

colonizadores e colonizados. No presente, estas características poderiam ter gerado uma eventual atitude mais positiva nas relações com imigrantes (Vala, Lopes & Lima, 2008). Sendo um país tradicionalmente emigrante, como é que a sociedade portuguesa reage à imigração? Tendo em conta estas características, os portugueses são recetivos e abertos aos imigrantes, caracterizados pela reciprocidade cultural e ausência de preconceito? Os resultados empíricos que mostram a associação entre o luso-tropicalismo e o preconceito não confirmam a crença na suposta ausência de preconceito dos portugueses (Vala, 1999; Valentim, 2003, 2015).

A imigração e, conseqüentemente, o aumento da sua taxa, consiste num tópico importante no contexto nacional atual que se relaciona diretamente com o mundo do trabalho e o preconceito. As autoras Oliveira e Gomes (2014) apontam para que, entre 2005 e 2013, tenham sido apresentadas cerca de 625 queixas de discriminação com base racial e étnica em diversas áreas, que vão desde a laboral, à saúde e à educação. As queixas por discriminação em contexto laboral representaram 20% do total. Posto isto, é perante este quadro que surge a questão sobre o impacto das ideias luso-tropicalistas no preconceito.

Implicações para o mundo do trabalho

As organizações têm procurado implementar novas políticas que possam trazer maiores resultados e mais positivos (McKay, Avery, Tonidandel, Morris, Hernandez, & Hebl, 2007). Muitas procuram utilizar a sua força de trabalho como diferencial competitivo, como uma vantagem competitiva significativa (Hitt, Miller, & Colella, 2006). Nesse sentido, está colocada a ênfase numa das novas tendências no mercado - a gestão da diversidade cultural. Segundo Cox (1993), as organizações precisam tornar-se multiculturais para capitalizar os benefícios e minimizar os custos associados à diversidade. Esta apresenta aspetos tanto positivos como negativos e costuma afetar o clima e a harmonia entre colaboradores podendo refletir-se tanto nos resultados individuais, grupais e organizacionais (ambiente interno), como nos resultados sociais e morais (ambiente externo) (Cox, 1993). Deste modo, as organizações, na sua maioria, desenvolvem estratégias para atrair e reter profissionais talentosos nos seus quadros. Além de remuneração adequada, oportunidades de

crescimento, procuram ter um ambiente de trabalho atraente, confortável e harmonioso onde o colaborador tenha prazer em trabalhar. Hitt, Miller e Colella (2006) afirmam que um clima positivo e inclusivo em relação a diversidade é necessário para que todos os colaboradores se tornem comprometidos com o seu trabalho. Segundo McKay et al. (2007), um clima organizacional que reflete a diversidade cultural tem impacto direto nos retornos obtidos pela organização e pelos seus participantes, pois afeta os sentimentos dos colaboradores sobre os seus superiores e inclui variáveis como satisfação com o trabalho, comprometimento organizacional e identificação com a tarefa. Por conseguinte, ocorre uma melhora substancial em indicadores tais como qualidade de produtos e serviços, rotatividade da mão-de-obra, produtividade e eficiência (McKay et al., 2007). Porém, nessa gestão da diversidade e do clima organizacional, existe um aspeto que as empresas não conseguem controlar: a discriminação e o preconceito do próprio colaborador. É uma característica difícil ou quase impossível de identificar no processo de recrutamento e seleção de novos empregados. Pesquisas demonstraram que as mulheres e imigrantes, que são membros de grupos minoritários raciais e étnicos têm atitudes menos positivas em relação à sua organização, ao trabalho e à carreira, quando sentem que a organização à qual pertencem apresenta um clima não favorável à diversidade (Hitt, Miller, & Colella, 2006).

Retomando a problemática da pesquisa, evidencia-se que o preconceito ainda domina o mercado de trabalho, principalmente quando se trata da questão racial e étnica. Os imigrantes têm vindo a sofrer tratamentos negativos, os quais podem assumir diferentes formas, como a exclusão social, humilhação, *bullying* e abuso verbal - o denominador comum é que o tratamento é experimentado como desagradável, ofensivo e humilhante pelo alvo (Einarsen, Hoel, Zapf, & Cooper, 2011). Neste sentido, tem sido demonstrado que os imigrantes podem estar socialmente mais expostos e propensos a tornarem-se alvos de *bullying* (Schuster 1996). Neste contexto, *bullying* pode ser definido como o tratamento repetido, regular, agressivo e negativo dirigido a um ou vários empregados por um ou vários colegas de trabalho numa situação em que o alvo tem dificuldade em defender-se (Einarsen et al., 2011).

O aumento da imigração em Portugal tem vindo a levantar novas questões económicas sobre os salários dos imigrantes. Será que ganham o mesmo salário que os nativos à chegada? Pesquisas mostram que os imigrantes em Portugal ganham, em média, menos do que os trabalhadores portugueses (Cabral & Duarte, 2012). Esta desvantagem salarial dos imigrantes resulta da sua concentração setorial, pois os imigrantes tendem a trabalhar em sectores pouco atrativos como a construção, restauração, e comércio por grosso e a retalho, ou seja, em setores com salários abaixo da média. Relativamente ao tipo de contrato, tem-se verificado a existência de uma proporção muito maior de imigrantes com contratos a termo, existindo uma penalização salarial média associada a estes contratos (Cabral & Duarte, 2012). Coutinho, Costa e Carvalho (2009) confirmam a existência destes factos, afirmando que a discriminação dos imigrantes tem vindo a acentuar-se devido ao estigma da inferioridade e da prestação de serviços sem qualificação, juntamente com rótulos relativos à malandragem e à imoralidade.

Por último, o estudo de Esses, Dovidio, Jackson e Armstrong (2001) conclui que os imigrantes são considerados pelos nativos como uma ameaça ou desperdício. Por um lado, os imigrantes que não trabalham são percecionados como prejudiciais para o bem-estar nacional, um desperdício em subsídios, tais como o de desemprego. Por outro lado, quando são bem-sucedidos economicamente, também são percecionados de forma negativa pelos membros da sociedade de acolhimento. O seu sucesso pode até ser visto como feito à custa das pessoas do país de acolhimento, podendo desafiar a sua posição dominante na sociedade e colocar assim ameaças à distintividade positiva dos membros da sociedade de acolhimento, despertando antipatia e discriminação. Apesar das tentativas para garantir o sucesso económico dos imigrantes em formas que irão beneficiar a sociedade, o estudo conclui ainda que as atitudes para com os imigrantes são, em grande medida, moldadas pela perceção de que estes competem pelos mesmos recursos com membros do país de acolhimento (Esses et al., 2001).

II – Objetivos

O presente estudo centra-se na análise das representações sociais do luso-tropicalismo e da existência, ou não, de preconceito, numa amostra de colaboradores portugueses e as possíveis relações existentes entre elas. A revisão de literatura levada a cabo revelou uma escassez de estudos e conclusões sobre esta temática. Contudo, trabalhos anteriores como o de Vala (1999), Heleno (2015), Silva (2015) Valentim (2003, 2015) foram um bom suporte para o desenvolvimento do presente estudo e permitiram aprofundar o tema e começar a estabelecer algumas pistas mais sólidas sobre o mesmo. Esta investigação assume uma natureza exploratória que procura abrir horizontes face às associações entre as variáveis luso-tropicalismo e preconceito.

Desta forma e com vista a complementar e aprofundar a revisão da literatura, esta investigação tem os seguintes objetivos específicos:

- i. Contribuir para o aumento da robustez e da fidelidade da escala de luso-tropicalismo e da escala de preconceito;
- ii. Perceber de que forma é que as representações sociais do luso-tropicalismo continuam presentes na população portuguesa;
- iii. Analisar a existência de preconceito geral e a existência de preconceito específico para com grupos de imigrantes em Portugal;
- iv. Discutir as relações entre as representações sociais do luso-tropicalismo e o preconceito no contexto organizacional.

III - Metodologia

Design da investigação

O presente estudo consiste num plano não experimental (ou correlacional), uma vez que se procura perceber a relação existente entre duas ou mais variáveis, sem manipular as presumíveis variáveis independentes e não é possível controlar as diferenças individuais dos sujeitos inquiridos (Alferes, 1997). Neste sentido, trata-se de uma investigação, em primeiro lugar, descritiva, na medida em que pretende explorar as médias dos vários fatores do luso-tropicalismo e das suas

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com) 2016

relações com o preconceito. Em segundo lugar, devido à escassez de estudo prévios, a investigação assume um carácter exploratório, procurando afinar a escala de luso-tropicalismo e a escala de preconceito, no sentido de contribuir para a melhoria da sua estrutura fatorial e para o aumento da sua consistência interna.

Descrição da amostra

Os dados provenientes da amostra foram recolhidos entre Outubro e Dezembro, em várias organizações de Portugal. Esta amostra é composta por 207 colaboradores, na qual o critério utilizado para a inclusão dos participantes foi o de possuírem nacionalidade portuguesa.

Quanto à distribuição por sexo, a amostra total é constituída por 59.40% de mulheres e 39.60% de homens⁵. Para o conjunto de participantes, a idade varia entre os 22 e os 68 anos ($M=39.920$, $DP=10.517$)⁶ e a mediana é de 39 anos.

A recolha de dados foi realizada através do método do inquirido por questionário autoadministrado (Hill & Hill, 2008). Os questionários autoadministrados apresentam algumas desvantagens, nomeadamente o facto de os dados obtidos poderem ser afetados por algumas características dos inquiridos (e.g. motivação, personalidade experiência), a possibilidade de deturpação da informação no sentido da desejabilidade social e organizacional⁷ e do fenómeno da aquiescência⁸. Todavia, apresentam como grande vantagem o facto de abarcarem grandes amostras de pessoas e, por conseqüente, grande quantidade de informação, serem de administração fácil, exigirem poucos recursos, permitirem economizar tempo e apresentam ainda como vantagem o facto de serem pouco dispendiosos (Brewerton & Millward, 2001; Ferreira & Martinez, 2013). Deste modo, estas vantagens levaram a optar pelo recurso aos questionários autoadministrados como método de recolha de dados.

⁵ Dos 207 indivíduos que participaram, 2 não assinalaram o sexo.

⁶ 47 participantes não assinalaram a sua idade.

⁷ Segundo Brewerton e Millward (2001) desejabilidade social e organizacional consiste em dar uma resposta de acordo com aquilo que é social ou organizacionalmente aceitável, e não necessariamente de acordo com as suas crenças, atitudes, comportamentos e emoções.

⁸ Ferreira e Martinez (2013) afirmam que estamos perante o fenómeno de aquisiência quando as pessoas tendem a concordar com uma frase ou item, independentemente do seu conteúdo.

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com) 2016

Instrumentos

O questionário compreende duas partes: a primeira parte refere-se à escala de luso-tropicalismo e a segunda parte consiste na escala do preconceito.

A escala do luso-tropicalismo foi inicialmente desenvolvida por Valentim (2003) e posteriormente adaptada por Pereira, Barros, Torres e Valentim (2015) para uma escala com 13 itens. A versão usada foi melhorada por Valentim (2015) e é constituída por 17 itens. Nesta escala foi pedido aos participantes que indicassem, segundo uma escala de Likert de sete pontos, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações. Deste modo, os participantes responderam considerando o 1 como *discordo totalmente* e o 7 como *concordo totalmente*. Antes de iniciar a análise de dados, foi necessário inverter 4 itens da escala, de modo a que, quanto maior fosse a pontuação nesses itens, maior a adesão dos participantes às ideias luso-tropicalistas. Assim, os itens invertidos foram os seguintes: “As pessoas de outras culturas têm mais dificuldade em integrar-se na sociedade portuguesa do que noutros países”; “O passado colonial de Portugal foi uma história de violência”; “A história colonial portuguesa caracterizou-se pela exploração e segregação dos povos colonizados” e “Hoje em dia, a harmonia entre os portugueses e as pessoas de outras culturas é pequena comparada com a de outros países”.

Quanto à segunda parte, esta é composta pela escala de preconceito. Inicialmente desenvolvida por Vala, Brito e Lopes (1999), foi posteriormente adaptada por Valentim (2003) e numa fase final utilizada e melhorada por Valentim (2015). A versão utilizada é constituída por oito itens onde é pedida a opinião sobre diferentes grupos de residentes em Portugal (ciganos, árabes, portugueses, africanos, brasileiros, europeus da União Europeia, europeus dos países de Leste e asiáticos). Utilizando também a pontuação de uma escala de Likert, os participantes responderam considerando o 1 como *extremamente desfavorável* e o 7 como *extremamente favorável*.

Por último, também foi solicitado aos participantes que indicassem alguns dados sociodemográficos como o sexo, a idade, nacionalidade, religião, estado civil, a profissão, orientação política e a escolaridade.

Procedimentos de investigação adotados

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Este *software* é reconhecido como o mais usado e compreensivo programa de análise estatística em investigação científica nas ciências sociais (Field, 2005).

Inicialmente realizei análises estatísticas de carácter descritivo e inferencial com o propósito de realçar a informação fornecida pelos dados. Para tal, identifiquei as frequências (absolutas e relativas), as medidas de tendência central (médias aritméticas) e as medidas de dispersão e variabilidade (desvios-padrão).

Num segundo momento realizei uma análise fatorial exploratória em componentes principais, descrita como uma técnica para identificação de grupos ou conjuntos de variáveis (Field, 2005). Esta análise pode ser utilizada com diversos objetivos⁹, a sua aplicação neste estudo teve por base o intuito de reduzir o conjunto de itens do luso-tropicalismo, analisando a forma como os mesmos se agrupam em dimensões que tornam as respostas mais claras e nítidas, mantendo o máximo possível da informação original. Deste modo, efetuei esta análise para a escala de luso-tropicalismo, com o objetivo de identificar as principais dimensões, percebendo de que maneira se agrupam os itens.

No sentido de se perceber a viabilidade ou não da utilização deste método na amostra recolhida, realizei previamente o teste de esfericidade de Bartlett¹⁰ e analisou-se a medida de adequação da amostra de Kaiser- Meyer-Olkin¹¹ para a escala de luso-tropicalismo.

Relativamente à escala de preconceito, procedi à construção de novas variáveis que exprimem o preconceito geral ou específico em relação

⁹ Segundo Field (2005) as três utilizações mais frequentes são as seguintes: (1) perceber a estrutura de um conjunto de variáveis; (2) na construção de um questionário para medir determinada variável; e (3) reduzir um conjunto de dados em algumas dimensões principais mantendo o máximo possível da informação original.

¹⁰ O teste de esfericidade de Bartlett examina se a matriz de correlação se assemelha a uma matriz de identidade, o que indicaria que não há correlação entre os dados e, por isso, não seria possível executar uma análise fatorial.

¹¹ A medida de KMO indica a proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis, ou seja, que pode ser atribuída a um fator comum. Assim, quanto mais próximo de 1, mais adequada é a amostra à aplicação da análise fatorial.

aos imigrantes. Para tal, utilizei o procedimento adotado por Vala (1999) e Valentim (2015). Para a medida do preconceito geral, subtraí a média dos portugueses à média dos restantes grupos. Deste modo, valores superiores a zero indicam a presença de preconceito geral. Relativamente ao preconceito específico, subtraí a opinião dos portugueses ao grupo específico que queríamos estudar, nomeadamente, os africanos e os brasileiros. Assim, a medida de preconceito para com os africanos foi obtida subtraindo à média do grupo os “portugueses”, a média dos “africanos”. Para o grupo “brasileiros” a medida de preconceito foi obtida de igual forma, substituindo o grupo alvo. Tal como na medida de preconceito geral, valores superiores a zero indicam a presença de preconceito específico. De seguida, realizei um teste *t* de *student*, de forma a comparar os resultados com o ponto zero, que significa ausência de preconceito. Com esta medida, valores positivos indicam uma atitude negativa para com o grupo alvo e valores negativos uma atitude positiva em relação ao exogrupo em causa. Assim, os resultados quando maiores que zero, são entendidos como a expressão de preconceito em relação aos imigrantes.

Por último, analisei ainda as relações existentes entre os fatores da escala de luso-tropicalismo e os indicadores de preconceito. O intuito desta análise foi procurar perceber de que modo as representações sociais do luso-tropicalismo se associam ao preconceito, na amostra em estudo.

IV - Resultados

Análise fatorial exploratória em componentes principais

Neste primeiro momento, antes de iniciar a realização da análise fatorial desta variável comecei por averiguar a viabilidade da análise fatorial na amostra recolhida através do teste dos pressupostos (KMO e teste de Bartlett, como explicitado em III-Metodologia). Com efeito, a medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin foi de .845 - o que, segundo Kaiser (1974), indica um bom nível de adequação - sendo que o teste de esfericidade de Bartlett se revelou significativo ($\chi^2_{(136)} = 1095.756, p < .001$).

Conferida a viabilidade da análise fatorial, a solução pela qual optei como sendo a mais praticável tem como critérios a existência de valores próprios superiores a 1. Como recomendado por Field (2005), como método

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinatduarte@hotmail.com) 2016

de facilitação da interpretação dos fatores, optou-se por uma rotação *varimax* e pela supressão de todos os coeficientes de saturação inferior a .40 pois o recomendado é que os coeficientes dos fatores principais pontuem acima de .40 (Pestana & Gageiro, 2005). Com isto obtive uma solução que distribuía os 17 itens da escala em 5 fatores. Contudo, verifiquei a existência de um fator apenas com um item e optei por uma solução com 4 fatores, de forma a obter os mesmo fatores que os estudos anteriores. Contudo, verifiquei que existiam muitos itens que saturavam mais de .40 em vários fatores¹². Com base nestas evidências, optei, como solução final, por uma análise fatorial de componentes principais (ACP) com extração fixada em três fatores – que no seu conjunto acabaram por explicar 50.215% da variância total. Nesta ACP, verificou-se que apenas 4¹³ itens saturavam mais de .40 em vários fatores. Visto que os itens se enquadravam em ambos os fatores onde saturavam, optei por deixar esses mesmos itens no fator onde apresentavam saturações mais altas.

Os resultados da análise (apresentados na Tabela 1) mostram que os itens da escala de luso-tropicalismo podem ser distribuídos em três fatores distintos. O primeiro fator, responsável por 31.853% da variabilidade, põe em relevo um conjunto de variáveis relacionadas com a relação harmoniosa dos portugueses com pessoas de outras culturas, a ausência de racismo e conflitos em Portugal, ao respeito dos portugueses pelas outras culturas, à adaptação dos portugueses às regiões tropicais e aos povos que as habitavam bem como à facilidade de adaptação de pessoas de outras culturas na sociedade portuguesa. Este fator é uma junção de dois fatores obtidos em estudos anteriores – Harmonia e Capacidade de Adaptação (Heleno, 2015; Silva, 2015; Valentim, 2015). Deste modo, pelo conteúdo dos respetivos itens foi designado por *Adaptabilidade Harmoniosa*. O segundo fator explica

¹² Os itens que inicialmente saturavam em mais que fator foram: “A história colonial portuguesa caracterizou-se pela integração cultural com povos colonizados”, “Faz parte da tradição portuguesa relacionar-se bem com outros povos”, “A história colonial portuguesa foi mais pacífica e benevolente do que a de outras potências coloniais”, “O passado colonial de Portugal foi uma história de violência”, “As características dos portugueses favoreceram um processo de colonização marcado pelo convívio harmonioso entre povos” e “A história colonial portuguesa caracterizou-se pela exploração e segregação dos povos colonizados”.

¹³ Os itens em questão são os seguintes: “A história colonial portuguesa caracterizou-se pela integração cultural com povos colonizados”, “A história colonial portuguesa foi mais pacífica e benevolente do que a de outras potências coloniais”, “As características dos portugueses favoreceram um processo de colonização marcado pelo convívio harmonioso entre povos”.

Luso-tropicalismo e preconceito em contexto organizacional: um estudo das representações sociais com colaboradores portugueses

Marina Isabel Teixeira Duarte (e-mail: marinaduarte@hotmail.com) 2016

10.189% da variância e destaca um conjunto de características relativas ao passado colonial português, pelo que foi denominado de *Passado*. O terceiro fator, responsável por 8.174% da variância, agrupa características relativas à integração de outras culturas e à harmonia existente em exclusivo na sociedade portuguesa, quando comparada com outras sociedades europeias, te de *Especificidade Cultural*.

De seguida, analisei a consistência interna de cada uma delas, utilizando o Alfa de Cronbach como indicador. Verificou-se, então, que os fatores *Adaptabilidade Harmoniosa* apresentava bons valores¹⁴ relativamente à consistência interna ($\alpha=.847$). O fator *Passado* e *Especificidade Cultural* evidenciaram indicadores de consistência interna relativamente mais baixos ($\alpha=.611$ e $\alpha=.648$, respetivamente).

¹⁴ De acordo com Field (2013), os valores considerados aceitáveis para o alfa de Cronbach variam entre 0.60 e 0.80.

Tabela 1. Escala de Luso-tropicalismo - Análise em componentes principais: médias, desvios-padrão, saturação dos itens em 3 fatores após rotação varimax e comunalidades (N=200).

Itens	M	DP	F1 Adaptabilidade harmoniosa	F2 Passado	F3 Especificidade Cultural	Comunalidades
Faz parte da tradição portuguesa relacionar-se bem com outros povos.	5.45	.86	.774	.044	.099	.611
Imigrantes em Portugal têm boa impressão dos portugueses	5.13	.86	.751	.013	.100	.574
Características cultura portuguesa facilitam integração de outras culturas na sociedade portuguesa.	5.28	1.06	.676	-.118	.332	.582
Portugueses têm boa impressão dos imigrantes em Portugal.	4.49	.94	.645	.110	.085	.435
Características portuguesas favoreceram colonização marcada por convívio harmonioso com outros povos.	4.53	1.02	.607	.446	-.012	.568
História colonial portuguesa caracterizada pela integração cultural com povos colonizados.	4.38	1.25	.564	.484	-.042	.554
Durante colonização, portugueses mostraram singular capacidade de adaptação à vida nas regiões tropicais.	4.90	.89	.558	.202	-.125	.368
Em Portugal há menos racismo do que nos outros países europeus.	4.38	1.25	.523	.206	.328	.424
História colonial portuguesa caracterizada pela mestiçagem com povos colonizados.	4.63	1.13	.503	.270	-.142	.348
Tensões e conflitos entre portugueses e pessoas de outras origens são menores que noutros países.	5.12	1.08	.479	.235	.230	.338
Outras culturas mais respeitadas em Portugal que noutros países.	4.30	.98	.467	.243	.062	.281
História colonial portuguesa mais pacífica e benevolente que a de outras.	4.09	1.16	-.406	.719	-.045	.684
Colonização portuguesa não teve carácter opressivo como a de outras nações	4.08	1.04	.109	.696	-.143	.517
Passado colonial de Portugal foi uma história de violência e barbaridade.	3.98	1.19	.139	.619	-.143	.467
História colonial portuguesa exploração e segregação dos povos colonizados.	3.75	1.06	-.187	.512	.483	.531
Outras culturas mais dificuldade de integração na sociedade portuguesa que noutros países.	4.65	.99	.113	.021	.775	.613
Harmonia entre portugueses e outras culturas é menor que noutros países.	4.48	1.08	.310	-.079	.736	.643
Valores próprios			5.415	1.732	1.390	
% de variância explicada			31.853	10.189	8.174	
% de variância total				50.215		

No gráfico 1, estão representadas as médias de cada fator. É possível fazer a interpretação de que os indicadores mostram a adesão ao luso-tropicalismo na amostra inquirida, sendo que a média de dois fatores se concentra principalmente entre o ponto 4 e o ponto 5 da escala (escala de Likert de 7 pontos), nomeadamente o fator *Adaptabilidade Harmoniosa* é o que apresenta uma média mais elevada ($M=4.789$ e $DP= .630$), seguindo-se o Fator *Especificidade Cultural* ($M= 4.551$; $DP= .878$). O fator *Passado* apresenta a menor média, mas mesmo assim muito próxima do ponto médio da escala ($M=3.976$ e $DP= .757$), que é 4.

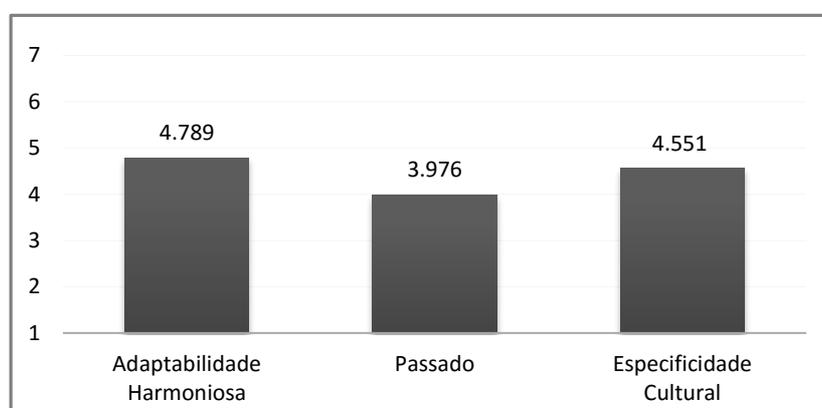


Gráfico 1. Valores médios dos três fatores da Escala de Luso-tropicalismo

Preconceito

De acordo com os resultados da Tabela 2, os valores médios da medida de preconceito são significativamente superiores a zero (ausência de preconceito). Para o preconceito geral a média é 1.656, valor que ultrapassa o ponto de referência. Relativamente ao preconceito para com “africanos” e “brasileiros”, o valor encontrado foi de 1.190 e 1.400, respetivamente. Posto isto, verifica-se a existência de preconceito geral e para aqueles grupos-alvo.

Fazendo a comparação entre as médias (geral e específicas) e o ponto zero, obtive resultados estatisticamente significativos e superiores ao ponto zero, o que traduz a existência de preconceito quer geral, quer específico para com “africanos” e “brasileiros”.

Tabela 2. Teste t de student para a amostra: média, desvio-padrão e comparação em cada grupo com zero (ausência de preconceito)

Preconceito	M	DP	t(0)
Geral (todos os grupos)	1.656	1.290	18.333**
Africanos	1.190	1.378	12.345**
Brasileiros	1.400	1.633	12.265**

**p < .001

Associação do luso-tropicalismo com o preconceito

As últimas análises estatísticas que realizei foram correlações entre os resultados obtidos com a escala de luso-tropicalismo e a escala de preconceito.

Através da análise dos coeficientes de correlação de Pearson entre os vários fatores das duas escalas, apresentados na Tabela 3, pode constatar-se a existência de apenas uma relação significativa ($p < .05$) entre o fator *Adaptabilidade Harmoniosa* e o preconceito geral [$r = .146$, $p < .05$]. Verifica-se, deste modo, uma correlação significativa e positiva (fraca), ou seja, quando a pontuação do preconceito geral aumenta 1 ponto, a pontuação na escala do luso-tropicalismo aumenta .146, sendo que ambas se manifestam no mesmo sentido.

Tabela 3. Correlações entre os fatores do Luso-tropicalismo e o preconceito geral e específico (africanos e brasileiros)

Preconceito	Luso-tropicalismo		
	F1	F2	F3
	Adaptabilidade Harmoniosa	Passado	Especificidade Cultural
Geral (todos os grupos)	.146*	.057	.012
Africanos	.064	-.001	.023
Brasileiros	.104	.047	.016

*p < .05

V - Discussão

A presente dissertação teve como objetivo genérico aprofundar o conhecimento acerca das representações sociais do luso-tropicalismo, associando-as ao preconceito e fazendo a sua discussão com o contexto de trabalho. Para tal, recolhi as respostas de uma amostra de 207 colaboradores portugueses, utilizando um questionário constituído por secções diferentes para avaliar diferentes variáveis. Como já enfatizado ao longo da dissertação, são poucos os estudos que se debruçam sobre as representações sociais do luso-tropicalismo e as do preconceito. Sendo esse um dos objetivos estabelecidos para o presente estudo, os resultados permitem vislumbrar a concordância com as ideias luso-tropicalistas, a existência de preconceito para com imigrantes e, ainda, sugere a ineficácia do luso-tropicalismo na redução do preconceito.

No presente trabalho, alguns dos itens utilizados na escala de luso-tropicalismo correspondem aos que foram já estudados por Valentim (2003), Heleno (2015) e Silva (2015). Entre os fatores ou dimensões do luso-tropicalismo encontrados através da análise fatorial, verificámos que o fator *Passado* coincide com o fator encontrado por Valentim (2003). Este fator é relativo ao passado colonial português e apresenta um bom índice de consistência interna, contribuindo para a validação da escala de luso-tropicalismo.

O terceiro fator identificado, *Especificidade Cultural*, coincide com o indicador encontrado por Heleno (2015), Silva (2015) e Valentim (2015). Este fator é relativo à integração de outras culturas e à harmonia existente em exclusivo na sociedade portuguesa, quando comparada com outras sociedades europeias. Apresenta um alfa relativamente mais baixo que o desejado tal como nos estudos anteriores, justificando a realização de novas análises, para aumentar a robustez e a fidelidade da escala de luso-tropicalismo.

Observando os resultados da escala de luso-tropicalismo, relativos às análises fatoriais e descritivas da escala de luso-tropicalismo é possível fazer a interpretação de que os indicadores mostram a adesão ao luso-tropicalismo na amostra inquirida, com exceção do fator *Passado* que apresenta uma média próxima do ponto médio da escala. Este facto vai no mesmo sentido que os resultados obtidos por Valentim (2015), o que mostra uma maior

consciência e conhecimento da realidade colonial, portuguesa principalmente relacionado com a inexistência de reciprocidade cultural. Tal como Boxer (1977) mencionava, o passado colonial português foi constituído por práticas reiteradas de discriminação e de racismo, onde não esteve ausente a coerção, a violência e a exploração baseada na escravatura, subjungando as colónias para manter o poder. A sua obra desempenhou um papel de relevo no debate sobre o colonialismo português, sobretudo pelo facto de ter apresentado provas que destruíam a ideia de relações raciais cordiais ou a da existência de uma sociedade multirracial, nas quais se tinha vindo a alicerçar progressivamente a ideologia e a propaganda do Estado Novo.

Os resultados encontrados para a escala de preconceito assemelham-se aos resultados obtidos por Valentim (2015). Verifica-se a presença de preconceito geral e específico para com certos grupos-alvo. Este facto não vai ao encontro das ideias luso-tropicalistas e do retrato do povo português como sendo menos preconceituoso e bom anfitrião dos imigrantes, contrariando, assim, a ideologia luso-tropicalista sobre a ausência de preconceito e que Boxer (1977) já havia posto em causa na sua obra.

O luso-tropicalismo refere-se à ideia de uma especificidade cultural dos portugueses, uma aptidão para o relacionamento harmonioso com outros povos, remetendo uma vocação portuguesa para ausência de preconceito e bondade de costumes. Contudo, as conclusões do estudo de Heleno (2015), Silva (2015), Vala, Brito & Lopes (2008) e Valentim (2003, 2015) não apontam nessa direcção, permitindo questionar a ideia de que esta especificidade se encontra associada à expressão do preconceito.

É interessante estudar que relações existem entre as representações do luso-tropicalismo e o preconceito para com imigrantes. Com o aumento da imigração e das queixas de discriminação com base racial e étnica em diversas áreas, torna-se uma questão de importante relevo, já que se relaciona diretamente com o mundo do trabalho e com a expressão de preconceito.

Os resultados obtidos vão ao encontro dos estudos que têm vindo a ser feitos por Vala, Lopes e Lima (2008) e por Valentim (2003, 2015). De facto, a crença nas ideias luso-tropicalistas não isenta contra o preconceito. Pode constatar-se até a existência de uma relação significativa ($p < .05$) entre o

fator *Adaptabilidade Harmoniosa* e o preconceito geral [$r = .146, p < .05$]. Nos resultados obtidos por Valentim (2015) verifica-se um resultado semelhante, na medida em que existem correlações positivas entre o preconceito geral e dos grupos-alvo e as dimensões do luso-tropicalismo. Estes resultados são consistentes com os trabalhos de Vala (1999) e vai ao encontro dos resultados obtidos por Valentim (2003), que sugerem que o luso-tropicalismo não contribui para a redução do preconceito dos portugueses.

O estudo de Santos (2013) que teve como objetivo compreender a possível influência do luso-tropicalismo e da lusofonia na redução do preconceito concluiu que os brasileiros não sofrem menos preconceito e relatam que sofrem discriminação não só na sociedade em geral mas também no emprego. Também neste estudo, não foi observada a contribuição do luso-tropicalismo na redução do preconceito para com imigrantes, o que, é consistente com os resultados obtidos em estudos anteriormente realizados (Vala, 1999; Valentim, 2003, 2015).

A imigração consiste num tópico importante no contexto nacional atual, caracterizado pelo aumento das taxas migratórias e de queixas de discriminação, que se relaciona diretamente com o mundo do trabalho e com a presença de preconceito. O aumento dos fluxos de imigração e a alteração da sua composição por nacionalidade torna relevante analisar a evolução dos salários dos trabalhadores imigrantes em Portugal. Uma vertente importante da literatura empírica sobre esta temática incidiu em diversos aspetos do ajustamento dos imigrantes no mercado de trabalho do país de destino. A maioria destes estudos é baseada no modelo de assimilação positiva e assume que as capacidades pré-migração não são perfeitamente transferíveis quando os imigrantes se deslocam para um país mais desenvolvido, enfrentando uma penalidade salarial à chegada ao país de destino. Tal verifica-se no estudo de Cabral e Duarte (2012) que conclui que os imigrantes em Portugal ganham, em média, menos do que os trabalhadores portugueses e tendem a trabalhar em sectores pouco atrativos como a construção e a restauração. Este estudo verificou ainda a existência de uma grande proporção de imigrantes com contratos a termo. Assim, se o luso-tropicalismo não protege do preconceito, também não o parece fazer em relação às suas práticas. Neste estudo não tivemos a oportunidade de estudar

este aspeto mas é uma importante vertente a ser estudada no futuro.

Será ainda de ter em conta o estudo de Esses et al. (2001), que conclui que os imigrantes são considerados pelos nativos como uma ameaça ao trabalho ou desperdício são percebidos de forma negativa pelos membros da sociedade de acolhimento. Este estudo conclui ainda que as atitudes para com os imigrantes são, em grande medida, moldadas pela percepção de estes competem pelos mesmos recursos nomeadamente no trabalho com membros do país de acolhimento (Esses et al., 2001). O estudo de Santos (2013) refere ainda que os imigrantes brasileiros em Portugal consideram que são discriminados, em parte, por representarem uma ameaça económica para os portugueses, no mercado de trabalho, porque se os empregam tornam-se concorrência ao ocuparem os seus lugares.

A prática da valorização da diversidade é um tópico importante do planeamento estratégico empresarial, focalizada nas políticas de ações afirmativas e de responsabilidade social devendo ser implementada com o intuito de minimizar o preconceito e a discriminação, a fim de garantir a igualdade de oportunidades para todos (McKay et al., 2007). A gestão do clima organizacional revela-se também um tópico importante. Um clima agradável na organização é vantajoso não apenas para a organização como também para os seus colaboradores, resultando em menos *stress*, maior prazer no trabalho, maior envolvimento e melhores desempenhos e resultados. O estudo de Hitt, Miller e Colella (2006) demonstrou que os imigrantes quando sentem que a organização à qual pertencem apresenta um clima não favorável à diversidade, apresentam atitudes menos positivas em relação à sua carreira, ao trabalho e também relativamente à organização.

Os imigrantes têm vindo a sofrer tratamentos negativos no local de trabalho, nomeadamente *bullying*. Neste sentido, tem sido demonstrado que os imigrantes estão mais propensos a tornarem-se alvos de *bullying* que os nativos (Schuster, 1996). Num estudo realizado com enfermeiros na Dinamarca, os imigrantes foram frequentemente mais intimidados no trabalho do que os nativos (Hogh, Gomes, Giver, & Rugulies, 2011). Num outro estudo realizado no Reino Unido concluiu que os membros de minorias étnicas se sentiam mais intimidados no trabalho que os outros trabalhadores (Lewis & Gunn, 2007). Estes estudos não foram realizados em Portugal, sendo que, investigações futuras seriam interessantes no sentido de

averiguar a realidade portuguesa.

O presente trabalho incide sobre um tema pouco explorado na literatura, o que torna possível identificar algumas limitações do presente estudo. A primeira limitação incide na amostra utilizada no presente trabalho, sendo que esta não é representativa da população portuguesa e, por isso, as conclusões tiradas de um estudo como este não podem ser generalizadas. A segunda limitação encontrada recai também na amostra utilizada pois esta é constituída apenas por colaboradores portugueses, sendo que uma análise com colaboradores de diferentes origens tornava possível uma comparação de modo a destacar qual a posição dos portugueses e dos diferentes grupos relativamente ao luso-tropicalismo e se eles percecionam a existência ou não de preconceito.

VI - Conclusões

Nos últimos anos, diferentes investigações em psicologia social têm mostrado a pertinência de estudar a permanência do luso-tropicalismo na sociedade portuguesa (Cabecinhas, 2009; Vala, Lopes & Lima, 2008; Valentim, 2003, 2011). Para a compreensão da persistência dessas ideias, parece-nos particularmente útil abordar essa pesquisa na perspetiva das representações sociais.

Apesar da situação política portuguesa se ter alterado radicalmente, a teoria luso-tropicalista não morreu após a revolução dos cravos e muito menos após a independência das colónias africanas. Algumas das suas crenças, como foi possível verificar, permanecem ainda bastante presentes junto da comunidade portuguesa.

Para além de terem sido exploradas as questões do luso-tropicalismo, foram também abordadas as atitudes dos colaboradores portugueses no sentido de averiguar a existência ou não de preconceito. O conceito do luso-tropicalismo fundamenta-se no fenómeno da miscigenação não somente no sentido racial mas também na sua dimensão cultural e social. O processo de miscigenação teria sido possível através da atitude especial do povo português para com as populações nativas: a capacidade de se adaptar às condições do âmbito tropical e ausência do preconceito racial. No entanto, através da análise das perspetivas críticas de Boxer e Mário Pinto de Andrade verificámos que colocam em questão esta crença na ausência de

preconceito dos portugueses. Igualmente nesse sentido, os resultados de alguns estudos (Santos, 2013; Vala, 1999; Valentim, 2003, 2015) não corroboram esta crença na suposta ausência de preconceito nos portugueses, ao mostrarem que a adesão às ideias luso-tropicalistas não está associada há existência de menos preconceito e discriminação para com imigrantes.

Como consideração final, importa assinalar que, num quadro marcado pelo aumento da imigração, é cada vez mais clara a importância estratégica de gerir uma realidade com menos preconceito e discriminação, que responda à procura e às necessidades de todos os segmentos da sociedade. E a responsabilidade para tal é também de todos os segmentos da sociedade, desde o setor privado ao setor público, desde as instituições escolares às organizações. No que toca às organizações em particular, é cada vez mais necessário desenvolver e implementar estratégias de apoio à diversidade cultural, aprendendo a beneficiar com as diferenças culturais, de modo a atrair e reter profissionais qualificados, motivados e comprometidos com o trabalho, com o intuito de reverter comportamentos hostis e discriminatórios para com pessoas de origens culturais distintas.

Referências Bibliográficas

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de Representação Social* (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Alexandre, V. (1999a). Luso-tropicalismo. In A. Barreto & M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal: Vol. 8* (pp. 391-394). Lisboa: Figueirinhas.
- Alexandre, V. (1999b). O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala, *Novos Racismos* (pp. 133-144). Oeiras: Celta Editora.
- Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Alexandre, M. (2004). Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, 10(23), 122-138.
- Alferes, V. R. (1997). *Investigação Científica em Psicologia: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (1993). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 287-307). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, A. M. O. (2009) Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado. Brasília*, 24(3), 713-737.
- Baganha, M. I., & Marques, J. C. (2001). *Imigração e política: O caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Boxer, C. R. (1977). *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Brewerton, P., & Millward, L. (2001). *Organizational Research Methods: A Guide for Students and Researchers*. London: SAGE Publications.
- Brown, R. (2000). *Groups processes: Dynamics within and between groups*. Oxford: Blackwell.
- Cabecinhas, R. & Lázaro, A. (1997). Identidade Social e Estereótipos Sociais de Grupos em Conflito: Um Estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste*, 10(1), 411-426.

- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137. DOI:10.1590/S0103-863X2004000200003.
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabral, S. & Duarte, C. (2012). *O Diferencial de Salários dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Português*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Castelo, C. (1998). *"O Modo Português de Estar no Mundo". O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona*, 261-280.
- Chamon, E. M. (2006). Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 21-33.
- Coutinho, L. R., Costa, A., & Carvalho, J. L. (2009). Debatendo diversidade de gênero e raça no contexto organizacional brasileiro: Lei do mercado ou cotas por lei?. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 4(1), 21-37.
- Cox, T., (1993). *Cultural diversity in organizations: Theory, research and practice*. San Francisco: Berrett Koehler.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 189-195.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales et Analyses de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Einarsen, S., Hoel, H., Zapf, D., & Cooper, C. L. (2011). The concept of bullying and harassment at work: The european tradition. In S. Einarsen, H. Hoel, D. Zapf, & C. Cooper (Eds), *Bullying and harassment in the workplace: Developments in theory, research, and practice* (pp. 3-40). London: CRC Press.
- Esses, V. M., Dovidio, J. F., Jackson, L. M., & Armstrong, T. L. (2001). The immigration dilemma: The role of perceived group competition,

- ethnic prejudice, and national identity. *Journal of Social Issues*, 57, 389–412. DOI:10.1111/0022-4537.00220.
- Ferreira, A., & Martinez, L. (2013). *Manual de diagnóstico e mudança organizacional*. Lisboa: Editora RH.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. London: Sage Publications.
- Field, A. (2013). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (4th ed.). London: Sage Publications.
- Fiolhais, R. (2003). Imigração e mercado de trabalho em Portugal. In Ministério da Segurança Social e do trabalho/Departamento de Estudos de Prospectiva e Planeamento, *Dimensão social e imigração* (pp. 93-105). Lisboa: MSST/DEPP.
- Fiske, S.T. (2010). *Social beings: Core motives in social psychology*. Hoboken, NJ: Wiley
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Gondim, S. M. G., Techio, E. M., Paranhos, J., Moreira, T., Brantes, C., Sobrinho, J. B., & Santana, V. (2013). Imigração e trabalho: Um estudo sobre a identidade social, emoções e discriminação contra estrangeiros. *Psicologia em pesquisa*, 7(2), 151-163. DOI: 10.5327/Z1982-1247201300020003.
- Heleno, A. M. M. (2015). *Luso-tropicalismo e diversidade cultural em contexto organizacional: Um estudo das representações sociais de estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hitt, M., Miller, C., & Colella, A. (2006). *Organizational behavior: A strategic approach*. Hoboken: Wiley.
- Hogh, A., Gomes, I., Giver, H., & Rugulies, R. (2011). Are immigrants in the nursing industry at increased risk of bullying at work? A one-year follow-up study. *Scandinavian Journal of Psychology*, 52 (1), 49-56.
- Höijer, B. (2011). Social representations theory: A new theory for media

- research. *Nordicom Review*, 32(2), 3-16.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflection on “social representation”. *Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.
- Jesuino, J. C. (1993). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jones, J. M. (1997). *Prejudice and racism*. New York: McGraw-Hill.
- Kaiser, H. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39, 31-36.
- Lewis, D., & Gunn, R. (2007). Workplace bullying in the public sector: understanding the racial dimension. *Public Administration*, 85(3), 641-655.
- Lima, R., Colus, F., Gonini, F., Mokwa, V., & Petrenas, R. (2008). Qualidade e saudosismo: Representações sociais de pais sobre a escola. *Psicologia da Educação*, 27, 31-51.
- McKay, P., Avery, D., Tonidandel, S., Morris, M., Hernandez, M., & Hebl, M. (2007). Racial differences in employee retention: are diversity climate perceptions the key?. *Personnel Psychology*, 60, 35-62.
- Miguel, I. C. (2010). *A inteligência e o seu desenvolvimento: representações sociais, valores e estilos parentais*. Tese de doutoramento em Psicologia: Universidade de Coimbra.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.) *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp.181-209). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250. DOI: 10.1002/ejsp.2420180303.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. In D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales* (pp. 62-86). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In

- U. Flick (Ed.), *The psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Norte, C., Mortágua, M., Rosa, M., Silva, P., & Santos, V. (2004). O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações – O Caso Português. Serviço De Estrangeiros e Fronteiras da Administração Interna. Retrieved from http://www.sef.pt/documentos/56/VersaoFinal_OImpactodaImigracaonasSociedadesdaEuropav1Port.pdf.
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2014). *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Observatório das migrações.
- Operario, D., & Fiske, S. T. (2001). Stereotypes: Content, structures, processes and context. In R. Brown & S. Gaertner (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Intergroup processes* (Vol. 1, pp. 22-44). Oxford: Blackwell.
- Pereira, C., Barros, C., Torres, A. & Valentim, J. (2015). *O papel do preconceito e do lusotropicalismo nas atitudes face à imigração qualificada*. Comunicação no 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa.
- Pereira, C., Torres, A., & Almeida, S. (2003). Um estudo do preconceito na perspetiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. DOI:10.1590/S0102-79722003000100010.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sampson, E. E. (1999). *Dealing with differences: An introduction to the social psychology of prejudice*. Fort Worth, TX: Harcourt.
- Santos, L. B. (2013). Prejudice, discrimination, luso-tropicalism, lusophony, and organizational justice in Portugal, from the point of view of brazilian immigrants. *Revista Psicologia Organizações e*

- trabalho*, 13(1), 61-74.
- Schuster, B. (1996). Rejection, exclusion, and harassment at work and in schools. *European Psychologist*, 1(4), 293-317.
- SEF (2014). Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Retrieved from http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf
- Silva, A. F. R. (2015). *As emoções associadas ao luso-tropicalismo e à percepção de ameaça face aos emigrantes em contexto laboral: Um estudo com estudantes portugueses*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Smith, V. (2003). *Acculturation and psychological adaptation*. Westport, CC: Greenwood Press.
- Stephan, W. G., Ybarra, O., & Bachman, G. (1999). Prejudice towards immigrants. *Journal of Applied Social Psychology*, 29, 2221-2237. DOI:10.1111/j.1559-1816.1999.tb00107.x
- Vala, J. (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*, 64(2), 287-302. DOI: 10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala., & M. B. Monteiro (Eds), *Psicologia Social* (pp. 569-602) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. P. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portuguesas e de africanos*. Tese de doutoramento em Psicologia: Universidade de Coimbra.
- Valentim, J. P. (2010). Sherif's theoretical concepts and intergroup relations studies: Notes for a positive interdependence. *Psychologica*, 52(2), 585-598.
- Valentim, J. P. (2011). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. In M. J. Simões (Ed.), *Imagótipos literários: processos de (des)configuração na imagiologia literária* (pp. 57-75). Bern: Peter Lang.
- Valentim, J. P. (2015). *O luso-tropicalismo como representação social: variações e ancoragens*. Comunicação no 1º Congresso da

Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em
Língua Portuguesa.

Zárate, M. A., Garcia, B., Garza, A. A. & Hitlan, R. T. (2004). Cultural threat and perceived realistic group conflict as dual predictors of prejudice. *Journal of experimental social psychology*, 40, 99-105. DOI:10.1016/S0022-1031(03)00067-2.